CÂMARA MUNICIPAL DE TRINDADE-GO
EDITAL Nº 01/2026
CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

01100 - ANALISTA LEGISLATIVO - TÉCNICO JURÍDICO – TIPO B

Frase: **Boas ideias mudam tudo.**

(Transcrever a frase acima para o cartão-resposta)

SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

• Este caderno de prova, contendo 60 (SESSENTA) questões objetivas; e 1 (UMA) prova discursiva;

• Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas das questões objetivas; e

• Um CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO destinado à resposta da prova discursiva.

TEMPO

• 5 (CINCO) HORAS é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o caderno de texto definitivo.

• Em hipótese alguma o candidato levará consigo o CADERNO DE PROVA.

NÃO SERÁ PERMITIDO:

• Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

• Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;

• Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;

• Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;

• Lançar meios ilícitos para a realização da prova;

• Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo IDECAN;

• Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

• Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e o CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO.

• Identifique no CARTÃO-RESPOSTA o TIPO de CADERNO DE PROVA, a não identificação no CARTÃO-RESPOSTA, pelo candidato, acarretará em nota final igual a 0,00 (zero).

• Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.

• Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO por erro do candidato.

• O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o CARTÃO-RESPOSTA e a prova discursiva para o caderno de texto definitivo, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA e do caderno de texto definitivo será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no EDITAL, no CADERNO DE PROVA, no CARTÃO-RESPOSTA e no CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO.

• O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.

• Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o CADERNO DE PROVA, o CARTÃO-RESPOSTA e o CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.

• Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.

• Os 3 (TRÊS) ÚLTIMOS candidatos de cada sala só poderão sair juntos.

• O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 1 a 6.

Sombra e Aridez: As Múltiplas Dimensões da Desertificação no Semiárido Brasileiro

O avanço progressivo da desertificação nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas do Brasil constitui um dos desafios socioambientais mais urgentes da contemporaneidade, exigindo uma compreensão integrada entre a dinâmica climática e a ação humana.

No cerne do problema, a degradação do solo deriva substancialmente do manejo inadequado e do desmatamento acelerado da Caatinga, bioma de elevada riqueza biogeográfica e adaptado a condições extremas de aridez. A remoção contínua da cobertura vegetal expõe a camada superficial da terra à erosão eólica, solar e pluvial, comprometendo irreversivelmente a capacidade de regeneração ecológica do ecossistema.

Ademais, as alterações climáticas globais, atestadas em relatórios científicos internacionais, atuam como catalisadoras do fenômeno ao intensificarem a variabilidade temporal e espacial das precipitações. Dados recentes revelam o surgimento inédito de regiões áridas no território nacional, acompanhado da expansão das zonas semiáridas a taxas alarmantes, o que evidencia o agravamento do estresse hídrico em escala regional.

Cumpre ressaltar que os impactos da desertificação não se restringem ao domínio ecológico, mas se entrelaçam profundamente com as vulnerabilidades sociais historicamente consolidadas no Nordeste. A alta incidência de pobreza, a concentração fundiária e a pressão produtiva sobre recursos limitados potencializam os efeitos das intempéries naturais, retroalimentando um ciclo de degradação ambiental e privação econômica.

Diante da complexidade do cenário, a ciência contemporânea tem fornecido ferramentas valiosas, como o sensoriamento remoto e os modelos de projeção climática, para o monitoramento rigoroso da vegetação e da disponibilidade hídrica. A aplicação dessas metodologias permite prever com maior exatidão as respostas dos ecossistemas aos aumentos de temperatura e às variações do regime de chuvas, fundamentando o planejamento estratégico.

No âmbito institucional, a consolidação de políticas públicas estruturadas, como a Política Nacional de Combate à Desertificação e o Programa de Ação Nacional, representa um marco legal indispensável para nortear ações de conservação e restauração. O êxito de tais iniciativas, contudo, depende substancialmente da governança intersetorial e da integração entre esferas governamentais e a sociedade civil organizada.

Nesse contexto, alternativas orientadas para o desenvolvimento sustentável, com destaque para a bioeconomia adaptada às especificidades ecológicas locais e o incentivo a tecnologias de captação de água, emergem como caminhos viáveis para garantir a segurança hídrica e socioeconômica. O fortalecimento de práticas produtivas eficientes posiciona-se como vetor fundamental para harmonizar o progresso social com a conservação da biodiversidade.

Em suma, o combate à desertificação no Brasil requer o alinhamento contínuo entre o rigor do conhecimento científico, a efetividade das políticas públicas transversais e o engajamento comunitário na gestão dos recursos naturais. Somente por meio de uma abordagem articulada será possível mitigar as transformações climáticas em curso, restaurar os territórios degradados e assegurar a sustentabilidade das populações vulneráveis no semiárido.

Texto adaptado de MONTENEGRO, Suzana Maria Gico Lima. Desertificação no Brasil: a exploração não planejada dos recursos naturais e as mudanças climáticas acarretam danos irreversíveis ao meio ambiente. Ciência e Cultura, v. 76, n. 1, p. 1-8, 2024.

Texto para as questões 9 e 10.

No âmbito administrativo, as consultas sobre questões jurídicas devem ser examinadas com fundamento na legislação aplicável e nos precedentes administrativos pertinentes. Antes de responder às demandas encaminhadas pelos setores competentes, o analista deverá ter verificado os documentos que instruem cada expediente e deverá ter confrontado as informações apresentadas com as normas vigentes. Quando houver divergências relevantes, será necessário que os elementos disponíveis tenham sido cuidadosamente examinados, para que a orientação a ser apresentada não resulte de interpretação isolada de determinado dispositivo. Nos casos em que a matéria estiver sendo discutida em diferentes unidades administrativas, a equipe responsável deverá ter considerado os entendimentos anteriormente firmados. Somente depois de concluída essa análise poderá ser emitida resposta fundamentada, indicando os procedimentos que deverão ser adotados pelo órgão consulente. Caso novos elementos venham a ser apresentados posteriormente, a orientação já emitida poderá ser revista, desde que tenham sido identificadas circunstâncias capazes de modificar a conclusão anteriormente alcançada.

ALMEIDA JUNIOR, A. T. Texto sobre consultas administrativas e questões jurídicas. Fortaleza, 2026. Texto elaborado para fins didático-avaliativos.

Questão 1

A partir das informações apresentadas no texto, depreende-se adequadamente que a dinâmica da desertificação no semiárido brasileiro

(A) resulta da interação entre vulnerabilidades socioeconômicas e fatores naturais, cuja combinação pode intensificar as pressões exercidas sobre ecossistemas submetidos a condições ambientais adversas.

(B) decorre predominantemente da variabilidade climática regional, enquanto as condições socioeconômicas das populações afetadas desempenham papel secundário na configuração do processo de degradação ambiental.

(C) encontra no estabelecimento de marcos normativos e políticas públicas um mecanismo suficiente para promover a recuperação ambiental, desde que os instrumentos jurídicos estejam formalmente instituídos pelas diferentes esferas governamentais.

(D) é enfrentada por meio de tecnologias de sensoriamento remoto e modelagem ambiental que, além de ampliarem a capacidade de monitoramento, intervêm diretamente nas condições responsáveis pela degradação dos ecossistemas.

(E) pode ser enfrentada pela adoção de estratégias de bioeconomia orientadas à expansão de atividades produtivas, mediante a redução da dependência regional em relação às práticas de conservação da vegetação nativa.

Questão 2

Considerando a progressão temática, as relações de continuidade e ampliação entre os parágrafos e a função desempenhada por cada segmento na construção da unidade argumentativa, a organização estrutural do texto se caracteriza por

(A) uma caracterização inicial das causas ambientais, seguida pela repetição progressiva dessas causas sob diferentes perspectivas e, ao final, pela retomada dos mesmos fatores para reafirmar sua predominância na explicação da desertificação.

(B) uma apresentação geral do problema, seguida pelo desenvolvimento articulado de suas dimensões ambientais, climáticas e socioeconômicas, pela exposição de instrumentos científicos e institucionais de enfrentamento, pela apresentação de alternativas sustentáveis e, ao final, pela integração dessas dimensões em uma síntese propositiva.

(C) uma delimitação inicial do problema, seguida pela contraposição entre fatores naturais e ações humanas, pela demonstração da predominância dos primeiros sobre os segundos e, posteriormente, pela apresentação de estratégias econômicas destinadas a reorientar essa relação.

(D) uma apresentação geral do problema, seguida pela exposição cronológica das transformações ambientais, pela descrição sucessiva de seus efeitos sociais e, ao final, pela recuperação das etapas históricas que conduziram às atuais políticas de enfrentamento.

(E) uma exposição inicial do problema, seguida pela apresentação de fatores ambientais e climáticos, pela formulação de uma conclusão intermediária sobre suas consequências sociais e, posteriormente, pela introdução de medidas institucionais e científicas que conduzem a uma nova abertura temática.

Questão 3

Considerando a direção da referência, a relação entre os segmentos textuais e a função desempenhada pelas expressões referenciais na manutenção da continuidade temática, identifica-se adequadamente, no sexto parágrafo, que o emprego de tais iniciativas

(A) estabelece referência exofórica, cuja interpretação depende da identificação de ações institucionais pressupostas pela situação comunicativa e não explicitadas no texto.

(B) funciona como expressão de referência prospectiva, vinculando o sintagma nominal a informações institucionais desenvolvidas posteriormente no texto.

(C) estabelece referência catafórica endofórica, antecipando a identificação das políticas públicas que serão especificadas em segmento posterior do texto.

(D) constitui mecanismo de dêixis discursiva, sem estabelecer relação referencial determinada com os segmentos nominais que compõem o período anterior.

(E) estabelece referência anafórica endofórica, retomando as políticas públicas anteriormente especificadas no próprio texto e evitando a repetição integral de suas denominações.

Questão 4

Considerando a relação entre o valor lexical de uma unidade linguística e o sentido que ela assume no contexto argumentativo em que ocorre, bem como os efeitos produzidos pela seleção vocabular, a função semântica da expressão "catalisadoras" no terceiro parágrafo consiste em

(A) designar, em sentido denotativo especializado, agentes responsáveis pela produção de reações químicas, mantendo no contexto a referência própria do domínio científico de origem.

(B) equivaler contextualmente a causadoras, atribuindo às alterações climáticas a condição de origem determinante da desertificação e anulando a distinção entre intensificação e causalidade.

(C) adquirir valor exclusivamente conotativo, sem conservar qualquer traço semântico do significado lexical associado à ideia de aceleração ou intensificação de processos.

(D) designar, por extensão metafórica, um fator que intensifica ou acelera a manifestação da desertificação, preservando do sentido lexical de origem a propriedade de promover a aceleração de um processo.

(E) equivaler contextualmente a desencadeadoras, indicando que as alterações climáticas constituem o elemento responsável pelo início do fenômeno, sem alteração significativa da relação causal expressa no período.

Questão 5

Considerando a estrutura argumental do verbo, as funções sintáticas dos constituintes e as relações lógico-semânticas entre as orações, assinale a alternativa em que a reescrita do período “A remoção contínua da cobertura vegetal expõe a camada superficial da terra à erosão eólica, solar e pluvial, comprometendo irreversivelmente a capacidade de regeneração ecológica do ecossistema” preserva o conteúdo proposicional fundamental e mantém a adequação à norma-padrão da língua portuguesa.

(A) A remoção contínua da cobertura vegetal é exposta à erosão eólica, solar e pluvial pela camada superficial da terra, de modo que a capacidade de regeneração ecológica do ecossistema é irreversivelmente comprometida.

(B) A camada superficial da terra é exposta à erosão eólica, solar e pluvial pela remoção contínua da cobertura vegetal, visto que a capacidade de regeneração ecológica do ecossistema é irreversivelmente comprometida.

(C) A capacidade de regeneração ecológica do ecossistema é irreversivelmente comprometida pela camada superficial da terra, de modo que a remoção contínua da cobertura vegetal a expõe à erosão eólica, solar e pluvial.

(D) A camada superficial da terra é exposta à erosão eólica, solar e pluvial pela remoção contínua da cobertura vegetal, embora a capacidade de regeneração ecológica do ecossistema seja irreversivelmente comprometida.

(E) A camada superficial da terra é exposta à erosão eólica, solar e pluvial pela remoção contínua da cobertura vegetal, de modo que a capacidade de regeneração ecológica do ecossistema é irreversivelmente comprometida.

Questão 6

Considerando a hierarquia dos constituintes sintáticos, as relações estabelecidas entre os segmentos que integram o período, a identificação do núcleo do sujeito, a natureza do segmento intercalado e a articulação entre regência e subordinação, marque a opção que apresenta análise integralmente compatível com a organização sintática e com os sentidos construídos no trecho.

"No âmbito institucional, a consolidação de políticas públicas estruturadas, como a Política Nacional de Combate à Desertificação e o Programa de Ação Nacional, representa um marco legal indispensável para nortear ações de conservação e restauração."

(A) O verbo "representa" deveria assumir a forma plural "representam", pois os nomes "Política Nacional de Combate à Desertificação" e "Programa de Ação Nacional", coordenados no segmento intercalado, constituem os núcleos semânticos do sujeito e determinam a concordância da oração principal.

(B) O verbo "representa" concorda com o núcleo singular "consolidação", pertencente ao sintagma que exerce a função de sujeito; o segmento introduzido por "como" possui valor exemplificativo e contém constituintes nominais coordenados entre si, sem alterar a concordância da oração principal, enquanto para nortear introduz uma oração reduzida de infinitivo vinculada ao sentido de indispensável.

(C) A intercalação do segmento iniciado por "como" altera a estrutura argumental de "representar", de modo que o verbo passa a exigir preposição antes de "um marco legal indispensável"; paralelamente, para nortear introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta dependente de "representa".

(D) O verbo "representa" concorda com "consolidação" por se tratar do termo mais próximo do predicado, ao passo que a expressão "para nortear ações de conservação e restauração" constitui uma oração subordinada adverbial final independente do conteúdo semântico de "indispensável".

(E) O segmento "como a Política Nacional de Combate à Desertificação" constitui uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida, cujo conteúdo especifica "políticas públicas estruturadas", enquanto para nortear introduz uma oração subordinada substantiva responsável por completar sintaticamente o verbo "representa".

Questão 7

Leia o texto a seguir:

A redação de atos normativos deve buscar clareza, precisão e ordem lógica. A clareza possibilita a compreensão imediata do conteúdo por quem lê o texto, enquanto a precisão permite evidenciar seu objetivo, conteúdo e alcance. Para alcançar esses atributos, recomenda-se empregar palavras e expressões em seu sentido comum, utilizar frases curtas e concisas e construir as orações preferencialmente na ordem direta. Também se recomenda evitar preciosismos, neologismos e adjetivações dispensáveis, bem como manter a uniformidade do tempo verbal. A precisão exige, ainda, que a linguagem seja articulada de maneira adequada à finalidade do ato e que ideias repetidas sejam expressas pelas mesmas palavras, evitando ambiguidades e oscilações terminológicas.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Manual de Atos Normativos. Brasília: ANTAQ, 2024.

Considerando a relação entre as formas linguísticas empregadas e o posicionamento enunciativo projetado sobre as condutas prescritas para o enfrentamento da desertificação, a caracterização adequada do funcionamento discursivo das construções modalizadoras que orientam as ações dos agentes públicos e sociais ocorre quando

(A) ambas realizam modalização epistêmica de alta certeza, pois o enunciador apresenta como objetivamente comprovada a viabilidade futura das estratégias propostas no texto.

(B) ambas realizam modalização avaliativa, uma vez que expressam julgamento subjetivo e afetivo do enunciador sobre as escolhas políticas adotadas para a região.

(C) ambas realizam modalização epistêmica, distinguindo-se apenas pelo grau de certeza atribuído pelo enunciador à eficácia das medidas de combate à aridez no semiárido.

(D) ambas realizam modalização deôntica com idêntica força normativa, pois tanto a expressão de necessidade quanto a de recomendação estabelecem obrigação jurídica equivalente para o gestor.

(E) ambas realizam modalização deôntica, orientando a conduta dos atores envolvidos, embora a indicação fundada no dever apresente maior força de obrigatoriedade e a indicação de caráter recomendatório formule orientação atenuada.

Questão 8

Considerando as regras de acentuação gráfica estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a necessidade de distinguir, na análise normativa, fenômenos prosódicos que apresentam consequências ortográficas distintas, assinale a alternativa em que a relação entre a forma gráfica, a estrutura prosódica e a regra de acentuação dos vocábulos destacados está integralmente adequada à norma-padrão.

(A) A forma "Piauí" teve sua necessidade de acento gráfico abolida pelo Acordo Ortográfico, visto que a presença do ditongo antecedendo a vogal tônica "i" exige a supressão da acentuação do hiato, uma vez que a regra de simplificação ortográfica unificou o tratamento dispensado aos hiatos pós-ditongos, aplicando-se indistintamente a vocábulos de tonicidade oxítona e paroxítona.

(B) A palavra "Piauí" é acentuada por apresentar ditongo aberto em sua sílaba tônica, na qual a vogal "u" assume a tonicidade do segmento e determina a aplicação do acento gráfico, motivo pelo qual a presença do "i" subsequente funciona apenas como elemento de apoio silábico sem interferência na regra geral de acentuação das oxítonas.

(C) A palavra "estratégia" classifica-se, na norma-padrão, exclusivamente como proparoxítona absoluta, devendo seu acento gráfico ser alocado em razão da obrigatoriedade de emissão heterosilábica do segmento vocálico final, o que invalida qualquer análise teórica que considere a possibilidade de interpretação desse encontro como ditongo crescente em contexto formal.

(D) A acentuação de "estratégia", "Piauí" e "pôde" decorre de fundamentos normativos distintos: o primeiro vocábulo admite dupla classificação prosódica, sendo acentuado como paroxítona terminada em ditongo crescente ou proparoxítona relativa; "Piauí" conserva o acento no "i" tônico por ser oxítona, visto que a supressão do acento do hiato pós-ditongo restringe-se às paroxítonas; e "pôde" preserva o acento diferencial que distingue a forma do pretérito perfeito do presente do indicativo.

(E) A forma verbal "pôde" deixou de receber acento circunflexo diferencial a partir da reforma ortográfica, tendo em vista que o texto legal aboliu categoricamente os acentos destinados à diferenciação de formas homógrafas no sistema verbal, devendo a distinção entre o pretérito perfeito e o presente do indicativo ser depreendida exclusivamente pela contextuação sintática.

Questão 9

Considerando os mecanismos de flexão nominal e verbal presentes nas construções destacadas, assinale a alternativa que apresenta análise integralmente compatível com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Em “deverá ter confrontado”, “deverá” corresponde ao futuro do presente e “confrontado” ao particípio, cuja forma não admite flexão de gênero e número; em “tenham sido identificadas”, “tenham” e “identificadas” constituem formas verbais flexionadas.

(B) Em “deverá ter verificado”, “deverá” e “ter” são formas verbais flexionadas, enquanto “verificado” é forma nominal sem flexão; em “tenham sido examinados”, apenas “tenham” apresenta flexão verbal, pois “examinados” permanece invariável na construção.

(C) Em “tenham sido examinados”, “tenham” corresponde ao presente do indicativo, enquanto “sido” e “examinados” são formas nominais sem relação de dependência; em “deverá ter verificado”, “deverá” e “verificado” apresentam flexão verbal de tempo e modo.

(D) Em “estiver sendo discutida”, “estiver” corresponde ao futuro do subjuntivo e “sendo” ao gerúndio, enquanto “discutida” apresenta flexão verbal de tempo e modo; em “tenham sido identificadas”, “tenham” permanece invariável quanto à pessoa e ao número.

(E) Em “deverá ter verificado”, “deverá” é forma verbal flexionada no futuro do presente, enquanto “ter” e “verificado” são formas nominais; em “tenham sido examinados”, “tenham” apresenta flexão de pessoa, número, modo e tempo, e “examinados” apresenta flexão de gênero e número.

Questão 10

Considerando a estrutura sintática dos períodos simples e compostos, a articulação entre orações desenvolvidas e reduzidas, a classificação e a função sintática dos pronomes e as relações estabelecidas entre antecedente e oração subordinada, assinale a alternativa que apresenta análise integralmente compatível com a norma-padrão e com a organização sintático-semântica do texto.

(A) Em "a orientação a ser apresentada", a oração reduzida "a ser apresentada" exerce função substantiva em relação ao substantivo "orientação", enquanto "ser" constitui o verbo principal da construção e "apresentada" funciona como predicativo do sujeito da oração reduzida.

(B) No segmento "os documentos que instruem cada expediente", "que" é conjunção integrante, pois introduz oração subordinada substantiva e não exerce função sintática própria no interior da oração que introduz; paralelamente, "antes de responder" constitui oração subordinada adverbial causal.

(C) No segmento "os documentos que instruem cada expediente", o pronome "que" é relativo, retoma "documentos" e exerce função de sujeito de "instruem"; no período "Antes de responder às demandas encaminhadas pelos setores competentes", a oração reduzida introduzida por "Antes de" estabelece relação temporal de anterioridade com a oração principal.

(D) Em "nos casos em que a matéria estiver sendo discutida em diferentes unidades administrativas", "que" exerce função de objeto direto do verbo "estiver", ao passo que "a matéria" constitui complemento da locução verbal "estiver sendo discutida", por isso a estrutura apresenta oração subordinada substantiva objetiva direta.

(E) Na oração "desde que tenham sido identificadas circunstâncias capazes de modificar a conclusão anteriormente alcançada", o segmento "desde que" atua como elemento atrator de próclise pronominal obrigatória, enquanto o substantivo "circunstâncias" exerce a função sintática de objeto direto de "tenham sido identificadas".

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Questão 11

Em uma gaveta só podem existir meias azuis ou vermelhas. Sabe-se que a gaveta não está vazia e que não é verdade que "todas as meias da gaveta são azuis".
Então, é correto concluir que:

(A) há pelo menos uma meia azul na gaveta.
(B) há pelo menos uma meia vermelha na gaveta.
(C) todas as meias da gaveta são vermelhas.
(D) nenhuma meia da gaveta é azul.
(E) há meias azuis e meias vermelhas na gaveta.

Questão 12

Considere as afirmações verdadeiras:

I. Se o alarme dispara, então o segurança é acionado.
II. Se o segurança não é acionado, então o prédio permanece aberto.
III. Se o segurança é acionado, então o prédio é evacuado.
IV. O prédio não foi evacuado.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que o:

(A) alarme não disparou e o segurança foi acionado.
(B) prédio permaneceu aberto.
(C) segurança foi acionado.
(D) prédio foi evacuado porque havia perigo.
(E) alarme disparou.

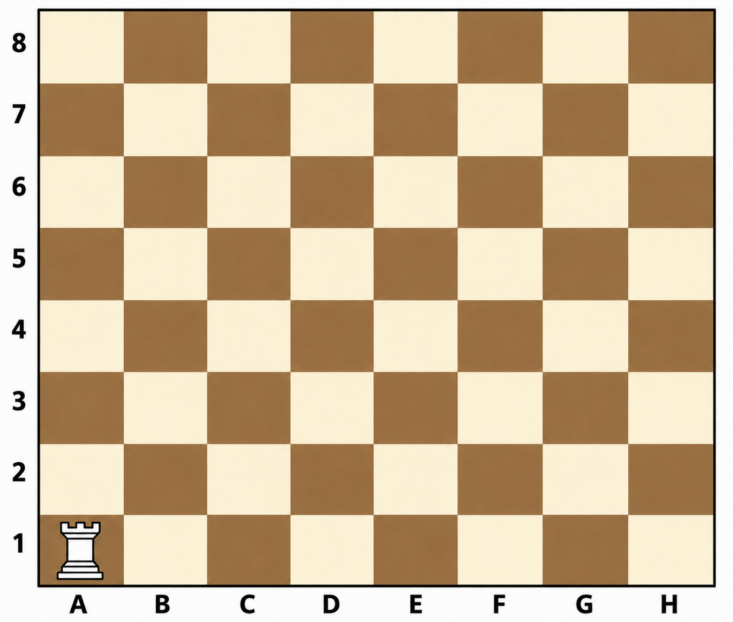
RASCUNHO

Questão 13

Observe o tabuleiro de xadrez apresentado na figura. Cada casa é identificada por uma letra e um número. A torre, seguindo as regras do xadrez, movimenta-se apenas na horizontal ou na vertical.

Uma torre parte da casa A1 e realiza a seguinte sequência de movimentos:

A1 → A3 → C3 → C5 → E5 → E7 → ?



Considerando o padrão da sequência, a próxima posição da torre será:

(A) F5.
(B) F7.
(C) G5.
(D) H5.
(E) G7.

RASCUNHO

Questão 14

Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- Mariana é mãe de Lucas.
- Helena é irmã de Mariana, sendo ambas filhas dos mesmos pais.
- Joana e Lucas têm uma única filha juntos, chamada Ana.
- Pedro é pai de Carla e marido de Helena.
- João é pai de Helena.

A partir dessas informações, assinale a alternativa que apresenta uma conclusão necessariamente verdadeira.

(A) Lucas é sobrinho de Helena, mas não possui relação de parentesco com Carla.

(B) Pedro é primo de Lucas e filho de Mariana.

(C) Mariana é tia de Carla e neta de João.

(D) Helena é tia de Joana e mãe de Carla.

(E) Ana é bisneta de João, e Carla é neta de João.

Questão 15

Em um órgão do Poder Legislativo, foi realizado um levantamento sobre a participação dos servidores em três comissões permanentes: Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Comissão de Licitações (CL) e Comissão de Ética (CE). Os resultados obtidos foram os seguintes:

Comissão	CCJ	CL	CE	CCJ e CL	CCJ e CE	CL e CE	CCJ, CL e CE
Nº de servidores	100	80	60	20	15	10	5

Com base nessas informações, a quantidade de servidores que participam exclusivamente da CCJ, da CL e da CE, respectivamente, é:

(A) 65; 50; 35.

(B) 70; 60; 35.

(C) 75; 60; 40.

(D) 70; 55; 40.

(E) 65; 55; 45.

RASCUNHO

Questão 16

Uma empresa reajustou o preço de determinado equipamento em 20%. Após o reajuste, concedeu um desconto de 15% sobre o novo preço. Em seguida, para uma condição especial de pagamento, foi aplicado um novo desconto de 10% sobre o valor já descontado.
Sabendo que o preço final do equipamento ficou R$ 18.360,00, o preço original do equipamento era:

(A) R$ 20.000,00.
(B) R$ 30.000,00.
(C) R$ 10.000,00.
(D) R$ 50.000,00.
(E) R$ 40.000,00.

Questão 17

Durante a reforma do plenário de uma Assembleia Legislativa, foi produzida uma maquete na escala 1:250. Nela, a altura do edifício é 20 cm menor que a altura de uma torre representada ao lado. Sabe-se que, na construção real, a torre possui 95 m de altura.

A altura real do edifício é:

(A) 50 m.
(B) 45 m.
(C) 40 cm.
(D) 40 m.
(E) 45 cm.

Questão 18

A Assessoria de Comunicação de uma Assembleia Legislativa dispõe de um banco de imagens contendo 6 fotografias de sessões plenárias e 5 fotografias de audiências públicas. Para a elaboração de um relatório institucional, deverão ser selecionadas 3 fotografias de sessões plenárias e 2 fotografias de audiências públicas.

Sabe-se que, entre as fotografias de sessões plenárias, 2 registram a sessão solene de posse e pelo menos uma delas deve ser escolhida.

O número de maneiras distintas de realizar essa seleção é:

(A) 240.
(B) 160.
(C) 200.
(D) 120.
(E) 180.

RASCUNHO

Questão 19

Em uma viagem, um carro percorre determinado trajeto mantendo velocidade constante de 80 km/h e leva 3 horas e 30 minutos para completar o percurso. Se, em outra viagem, o mesmo trajeto for realizado a uma velocidade constante de 100 km/h, o tempo necessário para completar o percurso será de:

(A) 2 horas e 20 minutos.
(B) 2 horas e 28 minutos.
(C) 2 horas e 48 minutos.
(D) 2 horas e 38 minutos.
(E) 2 horas e 30 minutos.

Questão 20

Uma escola registrou o consumo de água durante cinco dias de uma determinada semana, conforme apresentado na tabela a seguir.

Dia	Consumo de água
Segunda-feira	1.200 L
Terça-feira	1.500 L
Quarta-feira	1.350 L
Quinta-feira	1.650 L
Sexta-feira	1.800 L

Com base nos dados apresentados, o consumo de água na sexta-feira, em relação ao consumo de segunda-feira, foi:

(A) 50% maior.
(B) 30% maior.
(C) 75% maior.
(D) 25% maior.
(E) 60% maior.

RASCUNHO

INFORMÁTICA

Questão 21

Durante a implantação de um sistema para gerenciamento de processos administrativos, uma câmara municipal definiu diretrizes para proteger as informações armazenadas em seu ambiente computacional. Entre as medidas adotadas estavam o controle de acesso aos sistemas, a proteção contra alterações indevidas e a garantia de disponibilidade dos dados para os usuários autorizados. A equipe de tecnologia destacou que essas medidas estão fundamentadas em princípios amplamente reconhecidos na segurança da informação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conjunto de princípios fundamentais da segurança da informação aplicados ao cenário descrito.

(A) Compatibilidade, escalabilidade e interoperabilidade.

(B) Autenticação, compactação e redundância.

(C) Rastreabilidade, usabilidade e portabilidade.

(D) Integridade, disponibilidade e confidencialidade.

(E) Virtualização, sincronização e portabilidade.

Questão 22

Durante a elaboração de um painel de acompanhamento de indicadores, um analista organizou os dados em uma planilha do Microsoft Excel contendo diversas abas destinadas a diferentes áreas de fiscalização. Como parte da revisão do arquivo, tornou-se necessário compreender corretamente a estrutura da planilha, distinguindo os conceitos de pasta de trabalho, planilha, linhas, colunas e células para evitar erros durante a consolidação das informações. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) Uma pasta de trabalho é composta por uma ou mais planilhas, e cada planilha é organizada em linhas, colunas e células.

(B) Uma célula representa um conjunto de planilhas agrupadas para formar uma única pasta de trabalho destinada ao armazenamento de dados.

(C) Uma pasta de trabalho corresponde a uma única planilha, sendo as demais armazenadas automaticamente em arquivos independentes.

(D) Uma planilha é formada exclusivamente por colunas, enquanto as linhas são criadas apenas quando ocorre a inserção de dados.

(E) Uma linha corresponde a um arquivo independente, composto por diversas pastas de trabalho organizadas horizontalmente dentro de uma única célula.

Questão 23

Durante a atualização de um computador utilizado por uma equipe de fiscalização, foi necessário encerrar um aplicativo que havia deixado de responder, impossibilitando a continuidade das atividades. Como o restante do sistema operacional permanecia funcionando normalmente, a equipe de suporte orientou que fosse utilizado um recurso nativo do Windows capaz de identificar os processos em execução e finalizar apenas o aplicativo afetado, sem reiniciar o computador. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o recurso indicado para a situação descrita.

(A) Editor do Registro, empregado para remover temporariamente os processos ativos e restaurar automaticamente o funcionamento do aplicativo.

(B) Windows Update, responsável por identificar aplicativos sem resposta e encerrá-los seletivamente durante a instalação das atualizações do sistema operacional.

(C) Gerenciador de Tarefas, utilizado para visualizar os processos em execução e finalizar seletivamente um aplicativo quando necessário.

(D) Explorador de Arquivos, responsável por localizar e encerrar automaticamente aplicativos que deixam de responder durante sua execução.

(E) Painel de Controle, destinado à interrupção imediata dos programas ativos por meio da alteração das configurações do sistema.

Questão 24

Durante a revisão de uma resolução normativa, uma equipe precisou substituir, em todo o documento, uma expressão que havia sido alterada por determinação legal. Como o arquivo possuía mais de uma centena de páginas e a alteração deveria ocorrer apenas quando a expressão estivesse escrita exatamente da mesma forma em todas as ocorrências, foi recomendado o uso de um recurso nativo do Microsoft Word, evitando modificações manuais repetitivas e reduzindo a possibilidade de falhas. Assinale a alternativa que apresenta o recurso mais adequado para atender à situação descrita.

(A) Empregar o recurso Localizar e Substituir, realizando automaticamente a substituição das ocorrências que correspondam ao critério definido.

(B) Utilizar o comando Ir Para, permitindo localizar cada página do documento e alterar as expressões encontradas.

(C) Aplicar o Pincel de Formatação, reproduzindo automaticamente o conteúdo textual sempre que uma expressão semelhante for localizada.

(D) Utilizar o Dicionário de Sinônimos, configurando-o para substituir automaticamente todas as ocorrências da expressão pelo novo conteúdo indicado pelo usuário.

(E) Inserir um comentário na primeira ocorrência da expressão, fazendo com que o Word replique automaticamente a alteração nas demais ocorrências.

Questão 25

Durante a preparação de um relatório de desempenho de concessionárias, uma equipe de uma agência reguladora organizou dados referentes aos índices de qualidade do serviço prestado ao longo de doze meses. Como o objetivo era apresentar a evolução desses indicadores ao longo do tempo, permitindo identificar tendências, oscilações e comportamentos sazonais, foi recomendado o uso de um tipo de gráfico disponível no Microsoft Excel que favorecesse a análise dos dados. Assinale a alternativa que apresenta o tipo de gráfico mais adequado para representar a situação descrita.

(A) Gráfico de Funil, empregado para representar etapas sucessivas de um processo com redução progressiva dos elementos.

(B) Gráfico de Dispersão, utilizado prioritariamente para analisar a correlação entre duas variáveis numéricas independentes.

(C) Gráfico de Linhas, apropriado para demonstrar a evolução de valores durante uma sequência temporal.

(D) Gráfico de Pizza, destinado à representação da participação proporcional de categorias em relação ao total.

(E) Gráfico de Mapa, destinado a representar a evolução cronológica dos indicadores independentemente da existência de informações geográficas nos dados selecionados.

NOÇÕES GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 26

Um servidor efetivo da Câmara Municipal de Trindade, enquadrado em determinada classe da carreira, pretende evoluir funcionalmente dentro da própria classe, passando para a referência seguinte. De acordo com a Lei Municipal nº 2.407/2025, essa movimentação caracteriza

(A) desenvolvimento funcional por movimentação vertical, decorrente do cumprimento do interstício previsto na tabela de vencimentos.

(B) promoção funcional por antiguidade, decorrente do cumprimento do período de efetivo exercício previsto para a referência.

(C) enquadramento funcional, decorrente da alteração da referência ocupada pelo servidor.

(D) promoção funcional, pois implica alteração da posição ocupada pelo servidor na carreira.

(E) progressão funcional, descrita pela movimentação horizontal de uma referência para outra dentro do mesmo nível ou classe.

Questão 27

No Município de Trindade-GO, a autoridade competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar possível transgressão funcional atribuída a servidor efetivo. Ao constituir a comissão processante, a autoridade deverá observar os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 60/2023, inclusive quanto à composição do colegiado e à designação de seu presidente.

Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Trindade, a composição da comissão processante estará de acordo com a legislação quando for constituída por

(A) três servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, todos estáveis, sendo o presidente escolhido entre aqueles que possuam escolaridade superior à exigida para o cargo do acusado.

(B) três servidores estáveis, sendo o presidente necessariamente ocupante de cargo de escolaridade superior àquela exigida para o cargo do acusado.

(C) três servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, preferencialmente estáveis, sendo o presidente ocupante de cargo de escolaridade superior ou de mesmo nível que o cargo do acusado.

(D) três servidores, sendo dois ocupantes de cargo efetivo e um ocupante de cargo em comissão, com presidente escolhido entre os integrantes de maior escolaridade.

(E) cinco servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, preferencialmente estáveis, sendo o presidente integrante de cargo de escolaridade superior à do acusado.

Questão 28

Uma proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de Trindade-GO foi regularmente aprovada, em dois turnos, com o quórum exigido. Nos termos da Lei Orgânica Municipal, a competência para sua promulgação pertence

(A) à Comissão de Legislação.

(B) ao Prefeito.

(C) ao Presidente da Câmara.

(D) à Mesa.

(E) ao Plenário.

Questão 29

No exercício do controle externo, a Câmara Municipal de Trindade recebeu parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios acerca das contas do Prefeito. Após análise do processo, formou-se corrente parlamentar favorável à rejeição do parecer e das respectivas contas.

Nesse sentido, considerando o procedimento estabelecido pela Lei Orgânica do Município, a deliberação deverá observar que

(A) o julgamento ocorrerá em até sessenta dias, a rejeição do parecer prévio exigirá decisão de dois terços dos membros da Câmara e, rejeitadas as contas, estas serão imediatamente remetidas ao Ministério Público.

(B) o julgamento ocorrerá em até noventa dias e a rejeição do parecer prévio exigirá decisão de dois terços dos membros da Câmara, cabendo ao Tribunal de Contas a decisão definitiva sobre as contas.

(C) o julgamento ocorrerá em até sessenta dias e a rejeição do parecer prévio exigirá unanimidade dos membros presentes, encerrando-se o procedimento com a decisão da Câmara.

(D) o julgamento ocorrerá em até trinta dias, podendo o parecer prévio ser rejeitado pela maioria simples dos vereadores.

(E) o julgamento ocorrerá em até sessenta dias, podendo o parecer prévio ser rejeitado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Questão 30

Diante de reiteradas omissões atribuídas a um integrante da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Trindade-GO no desempenho de suas atribuições regimentais, vereadores pretendem instaurar procedimento para sua destituição.

Nos termos da Lei Orgânica Municipal, a medida poderá ser adotada mediante

(A) iniciativa exclusiva do Presidente da Câmara, com aprovação de dois terços dos vereadores e posterior homologação da Mesa.

(B) requerimento da maioria absoluta dos vereadores, com julgamento pelo Plenário mediante maioria simples.

(C) requerimento de qualquer vereador, assegurada defesa prévia, com aprovação final pela maioria absoluta da Câmara.

(D) requerimento de um terço dos vereadores, com aprovação final pela maioria absoluta, dispensada nova deliberação quando comprovada a omissão funcional.

(E) requerimento de, no mínimo, um terço dos vereadores, assegurada ampla defesa em processo legislativo, com aprovação do parecer final por dois terços da Câmara.

Questão 31

Servidor efetivo e estável do Município de Trindade obteve vacância do cargo que ocupava ao tomar posse em outro cargo inacumulável. Durante o estágio probatório do novo cargo, decidiu desistir e retornar ao cargo anteriormente ocupado.

Nos termos da Lei Complementar nº 60/2023, a forma de provimento aplicável é a (o)

(A) Readaptação.

(B) Reversão.

(C) Reintegração.

(D) Aproveitamento.

(E) Recondução.

Questão 32

Um servidor público municipal respondeu simultaneamente a processo criminal e a processo administrativo disciplinar pelo mesmo fato. Na esfera penal, foi absolvido porque a conduta, embora comprovadamente praticada por ele, não caracterizou infração penal.

À luz da Lei Complementar nº 60/2023, essa decisão

(A) afasta automaticamente as responsabilidades civil e administrativa, pois a absolvição penal prevalece sobre as demais instâncias.

(B) não afasta, por esse fundamento, as responsabilidades civil e administrativa, pois as instâncias são independentes e a repercussão obrigatória da absolvição penal restringe-se às hipóteses legalmente previstas.

(C) suspende a responsabilização administrativa até que seja demonstrada, em ação autônoma, a existência de prejuízo material ao Município.

(D) afasta a responsabilidade civil, mas permite a responsabilização administrativa quando a conduta também configurar violação de dever funcional.

(E) impede apenas a aplicação de penalidade administrativa, permanecendo possível a responsabilização civil pelos danos eventualmente causados.

Questão 33

No curso de um processo administrativo disciplinar, surgiram vários elementos concretos de que o servidor acusado estaria utilizando da sua permanência no setor para influenciar a apuração dos fatos. A autoridade instauradora avaliou, ainda, que a simples alteração do local ou do horário de trabalho seria insuficiente para impedir essa interferência.

Segundo a Lei Complementar nº 60/2023, a providência adequada consiste em

(A) determinar o afastamento preventivo por até 90 dias, prorrogável uma única vez por igual período, desde que demonstrada a impossibilidade de conclusão da instrução no prazo inicial.

(B) promover o afastamento do servidor somente após a conclusão da instrução processual, preservada a remuneração até que seja proferido o julgamento administrativo.

(C) aplicar suspensão cautelar por até 180 dias consecutivos, computando-se o período de afastamento na eventual penalidade disciplinar posteriormente aplicada.

(D) determinar, de forma motivada, o afastamento preventivo do servidor por período não superior a 180 dias, consecutivos ou não, sem prejuízo da remuneração, devendo ele reassumir suas funções ao término desse limite, ainda que o processo não esteja concluído.

(E) determinar o afastamento preventivo até o encerramento definitivo do processo, com redução proporcional da remuneração enquanto persistir a medida cautelar.

Questão 34

Na estrutura de carreira dos servidores públicos efetivos do Poder Legislativo do município de Trindade, a posição ocupada pelo servidor na faixa horizontal de vencimentos de determinada classe, definida em razão do tempo de efetivo exercício no cargo, denomina-se

(A) Referência.

(B) Promoção.

(C) Carreira.

(D) Classe.

(E) Progressão.

Questão 35

A Câmara Municipal pretende designar um servidor para o exercício de uma função de confiança. O indicado possui uma vasta experiência compatível com as atribuições, mas ainda não concluiu curso superior.

De acordo com a Lei Municipal nº 2.407/2025, a designação

(A) dependerá apenas da demonstração de capacidade técnica, pois a formação superior constitui critério preferencial.

(B) poderá ocorrer, desde que o servidor seja ocupante de cargo efetivo e demonstre experiência mínima na área.

(C) poderá ocorrer se a função não for privativa de profissão regulamentada por lei federal.

(D) poderá ocorrer excepcionalmente, mediante justificativa do Presidente da Câmara quanto à capacidade técnica do servidor.

(E) não atende aos requisitos legais, pois a designação deve basear-se em capacidade técnica e o designado deve ter concluído curso superior.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Questão 36

Ao revisar procedimento administrativo destinado à concessão de determinado benefício municipal, o Técnico Jurídico constatou que o formulário eletrônico exigia, além dos dados indispensáveis à identificação do interessado e à análise dos requisitos legais, outras informações pessoais sem utilização prevista na decisão administrativa. A unidade responsável justificou a coleta adicional sob o argumento de que esses dados poderiam subsidiar, futuramente, o aperfeiçoamento de outras políticas públicas, embora não houvesse finalidade específica previamente estabelecida para esse tratamento. À luz dos princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais previstos na Lei Federal nº 13.709/2018, assinale a afirmativa correta.

(A) O tratamento pelo Poder Público admite a coleta de dados destinados a políticas públicas inseridas nas competências legais do órgão, ainda que sua utilização não integre o procedimento originário, desde que a finalidade pública do tratamento posterior possa ser objetivamente identificada.

(B) A finalidade pública inerente à atuação administrativa permite a conservação de dados potencialmente úteis a outras políticas públicas, desde que o órgão identifique posteriormente a hipótese legal correspondente ao novo tratamento.

(C) A coleta adicional pode ser admitida quando os dados apresentarem conexão objetiva com competências institucionais do órgão, ainda que sua utilização concreta somente seja definida em tratamento posterior.

(D) A pertinência dos dados com atividades administrativas do Município satisfaz o princípio da adequação e permite sua coleta, cabendo ao princípio da necessidade limitar apenas a utilização efetivamente realizada em momento posterior.

(E) A coleta deve permanecer limitada aos dados pertinentes e proporcionais às finalidades determinadas para o tratamento, não bastando a possibilidade de utilização futura para justificar informações adicionais sem necessidade atual definida.

Questão 37

Um cidadão requereu acesso a processo administrativo municipal composto por documentos ostensivos e por outros que continham, em trechos específicos, informações pessoais relativas à intimidade e à vida privada de terceiros. A autoridade responsável indeferiu integralmente o pedido, sob o fundamento de que a presença de conteúdo sujeito à restrição de acesso impediria o fornecimento do processo. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei Federal nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

(A) A Administração deve preservar as informações pessoais, podendo substituir o acesso parcial por descrição suficientemente detalhada do conteúdo ostensivo quando a produção de cópia exigir ocultação de trechos protegidos.

(B) O acesso à parcela ostensiva deve ser assegurado quando separável do conteúdo protegido, podendo a Administração exigir do requerente a indicação da finalidade do pedido para aferir se a forma de acesso pretendida preserva adequadamente os direitos de terceiros.

(C) A proteção das informações pessoais autoriza a negativa integral quando elas estiverem materialmente integradas a documentos também ostensivos, ressalvada a possibilidade de fornecimento parcial se o requerente obtiver autorização das pessoas a que os dados se referem.

(D) O acesso parcial pressupõe que a restrição incidente sobre o conteúdo protegido tenha sido previamente formalizada, pois a Administração não pode promover, no momento do atendimento ao pedido, a segregação de informações submetidas a regime específico de proteção.

(E) A restrição incidente sobre parte do conteúdo não impede o acesso à parcela ostensiva, que deve ser franqueada mediante forma que preserve as informações protegidas.

Questão 38

Durante a análise de expediente administrativo, um servidor identificou circunstância capaz de lhe proporcionar benefício pessoal indireto caso participasse da decisão. Embora a situação não estivesse descrita especificamente em regra que determinasse seu afastamento e a solução cogitada pudesse ser formalmente sustentada, o servidor comunicou a circunstância à autoridade competente e deixou de participar da análise. No âmbito dos conceitos de valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo aplicados ao serviço público, a conduta descrita evidencia predominantemente:

(A) Honestidade.

(B) Integridade.

(C) Decoro.

(D) Virtude.

(E) Zelo.

Questão 39

Após a conclusão de projeto municipal de relevante interesse coletivo, foi preparada campanha institucional destinada a informar a população sobre os serviços disponibilizados e orientar seus potenciais usuários. O conteúdo apresentava informações verdadeiras e a despesa estava regularmente autorizada. Entretanto, a campanha conferia destaque reiterado ao nome, à imagem e à trajetória administrativa da autoridade responsável, vinculando a realização do projeto diretamente à sua atuação pessoal. Sob a perspectiva dos princípios da Administração Pública aplicados à ética, indique a alternativa correta.

(A) A regularidade da despesa e o caráter informativo da campanha preservam sua legitimidade quando o destaque conferido à autoridade se destina a identificar a gestão responsável pela realização divulgada, sem atribuição de conteúdo eleitoral à comunicação institucional.

(B) A identificação destacada da autoridade é compatível com a impessoalidade quando houver correspondência objetiva entre sua atuação funcional e a realização divulgada, desde que as informações veiculadas sejam verdadeiras.

(C) A eventual personalização da campanha repercute predominantemente sobre a moralidade administrativa, sem afetar a impessoalidade quando a publicidade se referir a realização efetivamente vinculada à gestão da autoridade identificada.

(D) A publicidade institucional pode individualizar o agente responsável pela política pública quando essa identificação ampliar a transparência sobre a responsabilidade administrativa pela execução do projeto.

(E) A finalidade informativa da publicidade não legitima sua utilização para associar a realização administrativa à promoção pessoal da autoridade, pois a personalização da comunicação institucional compromete a impessoalidade e a finalidade pública que deve orientá-la.

Questão 40

Em procedimento conduzido por órgão da administração pública municipal, a autoridade competente indeferiu requerimento formulado por interessado mediante decisão que apenas indicava o dispositivo legal atributivo de sua competência e registrava, de forma conclusiva, que a providência solicitada não atendia ao interesse administrativo. Ao examinar a regularidade do ato, sustentou-se que a indicação da competência legal seria suficiente para satisfazer os parâmetros constitucionais de atuação administrativa, pois eventual exigência de exposição das razões concretas da decisão dependeria de disciplina estabelecida em legislação infraconstitucional. À luz da disciplina da Administração Pública estabelecida pela Constituição do Estado de Goiás, marque a opção correta.

(A) A exigência constitucional de motivação alcança diretamente os atos praticados pelos Poderes estaduais, enquanto sua incidência sobre decisões da Administração municipal decorre da legislação local editada no exercício da autonomia do Município.

(B) A insuficiência da fundamentação compromete a decisão somente quando impedir o controle de sua legalidade, pois a motivação prevista constitucionalmente atua como instrumento de aferição da conformidade normativa do ato, e não como parâmetro autônomo da Administração municipal.

(C) A existência de fundamento legal para a competência não esgota os parâmetros constitucionais incidentes sobre a decisão, pois a Administração municipal também se submete expressamente ao princípio da motivação, cuja observância não se confunde com a mera indicação da norma atributiva de competência.

(D) A decisão permanece compatível com os princípios constitucionais estaduais se a competência estiver legalmente estabelecida e a conclusão administrativa for adequada ao interesse público, cabendo à motivação função complementar quando houver controvérsia sobre os pressupostos do ato.

(E) A indicação do fundamento legal da competência satisfaz a exigência constitucional de motivação quando acompanhada da conclusão administrativa, ficando a explicitação dos pressupostos concretos da decisão sujeita às hipóteses estabelecidas pela legislação infraconstitucional.

ANALISTA LEGISLATIVO TÉCNICO JURÍDICO

Questão 41

Ensina a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que a proposição legislativa que trate de concessão, ampliação ou prorrogação de qualquer incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita e cujo beneficiário seja pessoa jurídica deverá estar acompanhada corretamente de:

(A) Intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário.

(B) Avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

(C) Critérios e forma de limitação de empenho.

(D) Metas de desempenho, que deverão ser objetivas e quantificáveis, em dimensões econômicas, sociais e ambientais.

(E) Normas relativas ao controle de custos.

Questão 42

A Constituição Federal de 1988 assegura um amplo catálogo de direitos e garantias fundamentais, estabelecendo limites à atuação estatal e protegendo a esfera jurídica dos indivíduos. À luz da Carta Magna, assinale a alternativa correta.

(A) O habeas data é cabível para assegurar o direito de locomoção quando houver ameaça ou violência decorrente de abuso de poder.

(B) É livre a manifestação do pensamento, sendo admitido o anonimato quando indispensável à preservação da liberdade de expressão.

(C) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer associação civil regularmente constituída, ainda que tenha sido criada há menos de um ano.

(E) A prisão civil por dívida é admitida em qualquer hipótese de inadimplemento contratual, desde que haja decisão judicial.

Questão 43

De acordo com o Manual de Redação do Governo do Estado de Goiás, marque a opção correta a respeito da elaboração de pareceres, despachos, relatórios e minutas de atos administrativos.

(A) O parecer, o despacho e o relatório possuem finalidade idêntica, distinguindo-se apenas pela nomenclatura adotada pelo órgão que os expede.

(B) O parecer destina-se à manifestação fundamentada, técnica ou jurídica, sobre determinado assunto, podendo apresentar ementa e admitir certa flexibilidade de estrutura, sem afastar a formalidade e a padronização.

(C) O despacho caracteriza-se por apresentar, obrigatoriamente, ementa, relatório, fundamentação e conclusão, em estrutura idêntica à adotada para o parecer de mérito.

(D) A minuta de ato administrativo dispensa exame técnico prévio, pois sua redação deve restringir-se exclusivamente à reprodução do texto normativo proposto.

(E) O relatório possui estrutura rígida e uniforme para todos os órgãos da Administração Pública, vedadas adaptações decorrentes da finalidade do documento.

Questão 44

No âmbito da organização administrativa, a Administração Pública pode distribuir competências internamente ou atribuir o desempenho de determinadas atividades a outras pessoas jurídicas. Sobre a descentralização e a desconcentração administrativa, indique o item correto.

(A) A desconcentração administrativa consiste na distribuição interna de competências entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica, sem criação de nova pessoa jurídica.

(B) Tanto a descentralização quanto a desconcentração implicam a criação de pessoa jurídica distinta da Administração Direta para o exercício de competências administrativas.

(C) A desconcentração transfere a titularidade e a execução do serviço público para entidade dotada de personalidade jurídica própria, permanecendo apenas a supervisão ministerial.

(D) A descentralização e a desconcentração possuem o mesmo significado jurídico, diferenciando-se apenas quanto ao grau de autonomia conferido aos órgãos administrativos.

(E) A descentralização administrativa ocorre exclusivamente por meio da criação de órgãos públicos desprovidos de personalidade jurídica própria.

Questão 45

Os bens públicos são classificados pelo Direito Administrativo e pelo Código Civil de acordo com sua destinação, produzindo diferentes consequências quanto à utilização e ao regime jurídico aplicável. Sobre a classificação, o uso e a afetação dos bens públicos, assinale a opção correta.

(A) A afetação consiste na incorporação definitiva de um bem ao patrimônio público, enquanto a desafetação corresponde à sua transferência para o patrimônio privado, permitindo sua alienação independentemente do cumprimento dos requisitos previstos em lei.

(B) A afetação consiste na atribuição de destinação pública a um bem, enquanto a desafetação corresponde à retirada dessa destinação, permitindo que o bem passe a integrar a categoria dos bens dominicais, quando presentes os requisitos legais.

(C) A afetação consiste na destinação pública conferida exclusivamente por lei formal a determinado bem, enquanto a desafetação somente poderá ocorrer por ato legislativo específico, sendo juridicamente inadmissível sua realização por qualquer outro instrumento.

(D) A afetação consiste na atribuição de uso comum do povo a determinado bem público, enquanto a desafetação corresponde à conversão desse bem em bem de uso especial, permanecendo necessariamente vinculado à prestação direta de serviço público.

(E) A afetação consiste na atribuição de destinação pública a determinado bem dominical, enquanto a desafetação corresponde à retirada dessa finalidade, produzindo automaticamente a transferência do domínio do bem público para o patrimônio de particulares.

Questão 46

Considerando unicamente as disposições gerais da Lei Federal nº 8.429/1992 (com as alterações promovidas pela Lei Federal) nº 14.230/2021, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências, indique a alternativa correta.

(A) A prática de ato culposo que cause prejuízo ao erário configura improbidade administrativa, desde que comprovado o dano ao patrimônio público.

(B) Configura ato de improbidade administrativa toda ilegalidade praticada por agente público, ainda que ausente finalidade ilícita ou dolo.

(C) A responsabilização por ato de improbidade administrativa exige, como regra, a demonstração de conduta dolosa tipificada na própria lei enunciada, não sendo suficiente o mero exercício da função pública ou a simples voluntariedade do agente.

(D) As sanções previstas na lei enunciada aplicam-se exclusivamente aos agentes públicos, não alcançando particulares que concorram para a prática do ato ímprobo.

(E) A divergência interpretativa da lei, ainda que fundada em jurisprudência, caracteriza ato de improbidade administrativa sempre que a interpretação adotada vier a ser posteriormente afastada pelo Poder Judiciário.

Questão 47

Partindo das premissas da Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, acerca do regime jurídico dos recursos em processos administrativos, indique o item correto.

(A) O recurso administrativo não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, hipótese em que a Administração deverá encaminhá-lo de ofício à autoridade competente, mantendo-se integralmente o prazo originalmente concedido ao recorrente.

(B) O recurso administrativo não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, hipótese em que a Administração deverá remetê-lo à autoridade competente para julgamento, desde que sua apresentação original tenha ocorrido dentro do prazo legalmente estabelecido.

(C) O recurso administrativo não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, hipótese em que a Administração deverá determinar seu arquivamento definitivo, facultando ao recorrente formular novo pedido administrativo perante a autoridade legalmente competente.

(D) O recurso administrativo não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, hipótese em que a Administração deverá indicar ao recorrente a autoridade competente e devolver-lhe o prazo para recorrer.

(E) O recurso administrativo não será conhecido quando interposto perante órgão incompetente, hipótese em que a Administração deverá indicar ao recorrente a autoridade competente, permanecendo, contudo, inalterado o prazo recursal inicialmente concedido, sem restituição do período transcorrido.

Questão 48

A Constituição Federal de 1988 estabelece procedimento próprio para sua alteração, impondo limites materiais, circunstanciais e procedimentais ao exercício do poder constituinte derivado reformador. À luz das disposições constitucionais sobre as emendas à Constituição, marque a opção correta.

(A) A iniciativa de proposta de emenda à Constituição é privativa do Presidente da República, admitindo-se iniciativa parlamentar apenas para emendas de revisão constitucional.

(B) A proposta de emenda à Constituição será considerada aprovada se obtiver, em cada Casa do Congresso Nacional, maioria absoluta dos votos, em dois turnos de discussão e votação.

(C) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

(D) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, desde que a proposta verse exclusivamente sobre direitos e garantias fundamentais.

(E) A proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que subscrita pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Questão 49

Os poderes administrativos constituem prerrogativas conferidas à Administração Pública para assegurar a consecução do interesse público, observados os limites fixados pela ordem jurídica. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) O poder disciplinar autoriza a Administração Pública a aplicar sanções a qualquer administrado que pratique infração à legislação, independentemente da existência de vínculo jurídico específico com o Poder Público.

(B) O poder hierárquico compreende a prerrogativa de editar atos normativos primários, inovando livremente na ordem jurídica sempre que necessário à adequada prestação do serviço público.

(C) O exercício do poder vinculado permite à Administração optar, segundo critérios de conveniência e oportunidade, pela prática ou não do ato administrativo quando presentes os requisitos legais.

(D) O poder de polícia caracteriza-se pela possibilidade de restringir ou condicionar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público, podendo ser exercido de forma preventiva ou repressiva, nos limites estabelecidos em lei.

(E) O poder discricionário autoriza o administrador a escolher livremente a finalidade do ato administrativo, desde que a decisão seja motivada e observe os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Questão 50

Quantos aos institutos jurídicos da prescrição, decadência e contagem de prazos processuais, asseveram os Códigos de Processo Civil e Civil pátrios, corretamente, apenas o contido em:

(A) A interrupção da prescrição operada pelo despacho que ordena a citação retroage à data da propositura da ação, desde que o autor adote, no prazo legal, as providências necessárias para viabilizar a citação, aplicando-se esse efeito retroativo também à decadência e aos demais prazos extintivos previstos em lei.

(B) A interrupção da prescrição operada pelo despacho que ordena a citação retroage à data da propositura da ação somente quando a citação ocorrer no prazo legal, afastando-se esse efeito quando a demora decorrer exclusivamente do funcionamento do serviço judiciário.

(C) A interrupção da prescrição operada pelo despacho que ordena a citação produz efeitos a partir da efetiva citação do réu, ainda que o autor adote, no prazo legal, as providências necessárias para viabilizá-la, aplicando-se idêntica disciplina à decadência e aos demais prazos extintivos.

(D) A interrupção da prescrição operada pelo despacho que ordena a citação retroage à data da propositura da ação independentemente das providências adotadas pelo autor para viabilizá-la, aplicando-se o efeito ainda que a demora seja exclusivamente imputável à sua própria inércia.

(E) A interrupção da prescrição operada pelo despacho que ordena a citação retroage à data da propositura da ação quando adotadas tempestivamente as providências necessárias, restringindo-se, contudo, esse efeito aos prazos prescricionais, sem aplicação à decadência ou aos demais prazos extintivos.

Questão 51

De acordo com o Manual de Redação do Governo do Estado de Goiás, marque o item correto acerca da elaboração de relatórios no âmbito da administração pública.

(A) O relatório deve privilegiar gráficos, tabelas e formulários em detrimento da redação textual, por serem considerados instrumentos mais adequados à comunicação oficial contemporânea.

(B) O relatório deve restringir-se à narração cronológica dos acontecimentos, sendo incompatível com análises ou conclusões elaboradas pelo relator, ainda que fundamentadas em seu conhecimento técnico.

(C) A identificação processual e a epígrafe do relatório são facultativas, podendo ser suprimidas quando o documento estiver vinculado a processo administrativo eletrônico.

(D) O relatório deve possuir estrutura uniforme e imutável, vedada qualquer adaptação de sua composição ou extensão em razão das atribuições da unidade administrativa ou da finalidade do documento.

(E) O relatório destina-se à apresentação textual de fatos, observações e opiniões relevantes sobre determinada atividade, devendo as anotações ser exatas, completas e objetivas, de modo a subsidiar a tomada de decisões pela autoridade competente.

Questão 52

Sabemos que a Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina hipóteses de contratação direta por dispensa e por inexigibilidade de licitação, estabelecendo pressupostos jurídicos distintos para cada instituto. Assim, assinale a alternativa correta.

(A) A dispensa e a inexigibilidade de licitação possuem o mesmo fundamento jurídico, diferenciando-se apenas pela natureza do objeto contratado.

(B) A contratação direta por dispensa somente pode ocorrer quando houver inviabilidade de competição entre potenciais interessados.

(C) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização constitui hipótese de dispensa de licitação.

(D) A inexigibilidade de licitação pressupõe a inviabilidade de competição, enquanto a dispensa decorre de hipóteses expressamente previstas em lei nas quais, embora a licitação seja juridicamente possível, o legislador autoriza a contratação direta.

(E) A aquisição de bens fornecidos por produtor exclusivo caracteriza hipótese de dispensa de licitação, desde que demonstrada vantagem econômica para a Administração.

Questão 53

A respeito da formalização dos contratos administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021, indique a opção correta.

(A) A Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil nas hipóteses admitidas em lei, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(B) A Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil nas contratações de qualquer valor, desde que utilize nota de empenho de despesa ou ordem de execução de serviço e obtenha previamente autorização da autoridade administrativa competente.

(C) A Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil em qualquer contratação de pequeno valor, como nota de empenho ou autorização de compra, ficando dispensada a observância das cláusulas necessárias previstas para os contratos administrativos.

(D) A Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil nas hipóteses admitidas em lei, desde que o contratado renuncie expressamente às garantias contratuais e aos direitos decorrentes do regime jurídico próprio dos contratos administrativos.

(E) A Administração poderá substituir o instrumento de contrato por outro instrumento hábil somente nas contratações decorrentes de dispensa de licitação, sendo obrigatória sua formalização por termo contratual sempre que o procedimento tiver sido precedido de processo licitatório.

Questão 54

Tomando por base as lições contidas apenas na Lei Complementar Federal nº 95/1998, assinale a alternativa correta acerca da articulação e da redação das leis.

(A) A repetição de uma mesma ideia ao longo do texto legal recomenda o emprego de sinônimos, a fim de evitar redundâncias e conferir maior elegância à redação legislativa.

(B) Os incisos são representados por letras maiúsculas, as alíneas por algarismos romanos e os itens por algarismos arábicos, observada a ordem hierárquica estabelecida pela Lei Complementar.

(C) Os artigos são numerados ordinalmente até o décimo artigo e, a partir dele, em algarismos cardinais, enquanto os parágrafos são sempre numerados em algarismos cardinais.

(D) O agrupamento de artigos pode constituir Seções, vedada a utilização de Subseções por comprometer a sistematização da lei.

(E) Os parágrafos destinam-se à complementação da norma contida no caput do artigo ou à previsão de exceções à regra nele estabelecida, enquanto as discriminações e enumerações devem ser veiculadas por meio de incisos, alíneas e itens.

Questão 55

Considerando exclusivamente a Lei Complementar Federal nº 95/1998, assinale a alternativa correta sobre a consolidação das leis e de outros atos normativos.

(A) A consolidação consiste na integração das leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, com revogação formal das leis incorporadas e autorização para criação de novos direitos e obrigações destinados a suprir eventuais lacunas identificadas durante o procedimento.

(B) A consolidação consiste na reunião das leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, sem revogação dos atos normativos incorporados, admitindo-se modificações substanciais de conteúdo desde que destinadas à eliminação de contradições entre os dispositivos consolidados.

(C) A consolidação consiste na reunião das leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, mantendo-se formalmente vigentes as leis incorporadas e permitindo-se a alteração de seu conteúdo normativo sempre que necessária à uniformização da disciplina jurídica consolidada.

(D) A consolidação consiste na integração das leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, com revogação formal das leis incorporadas, preservando-se o conteúdo normativo dos dispositivos consolidados, admitidas apenas as alterações expressamente previstas na Lei Complementar.

(E) A consolidação consiste na integração das leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, com revogação formal das leis incorporadas e possibilidade de alteração livre do conteúdo normativo, desde que preservados o objeto e a finalidade geral da legislação consolidada.

Questão 56

O art. 29-A da Constituição Federal estabelece limites para o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, utilizando como parâmetro receitas arrecadadas pelo Município no exercício financeiro anterior. Considerando as disposições da Constituição Federal e da Lei Federal nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

(A) O limite da despesa total da Câmara Municipal corresponde a percentual incidente sobre o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, compreendidos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos.

(B) O cálculo do limite da despesa total da Câmara Municipal considera apenas as receitas tributárias arrecadadas no exercício anterior, excluindo as transferências constitucionais, por constituírem receitas pertencentes originalmente a outros entes federativos.

(C) O limite da despesa total da Câmara Municipal corresponde a percentual incidente sobre a receita corrente prevista na Lei Orçamentária Anual, nela compreendidas as receitas tributárias, patrimoniais, de serviços e de operações de crédito.

(D) O limite da despesa total da Câmara Municipal incide sobre a receita corrente líquida apurada ao encerramento do exercício financeiro, compreendendo as receitas tributárias e as transferências constitucionais deduzidas das vinculações legais.

(E) O limite da despesa total da Câmara Municipal incide sobre a receita orçamentária arrecadada no exercício anterior, compreendendo indistintamente receitas correntes, receitas de capital e operações de crédito autorizadas.

Questão 57

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Trindade, acerca da organização e das competências das Comissões Permanentes, marque a opção correta.

(A) As Comissões Permanentes são constituídas para toda a legislatura, reúnem-se apenas quando houver matéria distribuída e emitem pareceres de natureza política sobre as proposições submetidas à sua apreciação.

(B) As Comissões Permanentes são constituídas para a sessão legislativa anual, têm por finalidade estudar e emitir parecer sobre as matérias submetidas ao seu exame, devendo seus pareceres possuir natureza eminentemente técnica.

(C) A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se apenas quando houver provocação do Plenário, sendo vedado o arquivamento de projetos por decisão da própria comissão.

(D) A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprecia apenas projetos de emenda à Lei Orgânica e projetos de lei complementar, cabendo às demais comissões examinar a constitucionalidade das demais proposições.

(E) As Comissões Permanentes são compostas por cinco membros, deliberam somente por unanimidade e podem reunir-se durante as sessões plenárias, desde que autorizadas pelo Presidente da Câmara.

Questão 58

Acerca da tramitação das proposições e das espécies normativas submetidas ao processo legislativo, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Trindade, indique a alternativa correta.

(A) As proposições submetidas ao processo legislativo são distribuídas diretamente ao Plenário para discussão e votação, cabendo às comissões competentes emitir parecer somente quando houver requerimento aprovado pela maioria dos vereadores presentes à sessão.

(B) As proposições submetidas ao processo legislativo são distribuídas exclusivamente à comissão responsável pela análise de constitucionalidade, dispensando-se a manifestação das demais comissões, ainda que a matéria esteja compreendida no âmbito específico de suas competências regimentais.

(C) As proposições submetidas ao processo legislativo são distribuídas às comissões competentes para emissão de parecer, sendo essa fase obrigatória em qualquer hipótese, não podendo o próprio Regimento estabelecer situações excepcionais de dispensa da manifestação das comissões.

(D) As proposições submetidas ao processo legislativo são distribuídas às comissões competentes somente após sua aprovação preliminar pelo Plenário, cabendo aos colegiados examinar posteriormente a matéria e emitir parecer antes da votação definitiva da proposição.

(E) As proposições submetidas ao processo legislativo são distribuídas às comissões competentes para emissão de parecer, observada a matéria de sua competência, constituindo essa fase requisito ordinário da tramitação, ressalvadas as hipóteses previstas no próprio Regimento.

Questão 59

A Constituição Federal disciplina a repartição de competências legislativas entre os entes federativos, estabelecendo hipóteses de competência privativa, concorrente, comum e suplementar. À luz desse sistema constitucional, assinale a alternativa correta.

(A) A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é residual, sendo exercida pelos Municípios apenas quando inexistir competência legislativa atribuída à União ou aos Estados.

(B) Os Municípios participam da competência legislativa concorrente, podendo editar normas gerais sobre qualquer das matérias nele relacionadas.

(C) A competência suplementar dos Municípios somente pode ser exercida quando houver delegação expressa da União, por meio de lei complementar, autorizando a edição de normas locais.

(D) Compete aos Municípios legislar concorrentemente com a União e os Estados sobre direito tributário, financeiro, urbanístico e ambiental, desde que inexistente lei federal sobre a matéria.

(E) Os Municípios não integram a competência legislativa concorrente, mas podem suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, bem como legislar sobre assuntos de interesse local.

Questão 60

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Trindade, acerca das sessões da Câmara Municipal, assinale a alternativa correta.

(A) A Câmara Municipal poderá reunir-se extraordinariamente nas hipóteses previstas na Lei Orgânica, sendo vedada, durante essas sessões, a deliberação de matéria estranha ao objeto indicado na convocação.

(B) As sessões da Câmara terão caráter reservado quando envolverem matéria de interesse público relevante, tornando-se públicas apenas mediante deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.

(C) As sessões da Câmara serão realizadas exclusivamente no edifício da sede do Poder Legislativo, sendo vedada sua realização em outro local, ainda que haja autorização da maioria dos Vereadores.

(D) A sessão legislativa poderá ser interrompida antes da apreciação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, desde que a suspensão seja aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

(E) A Câmara Municipal reúne-se anualmente em dois períodos legislativos, podendo, nas sessões extraordinárias, apreciar qualquer matéria incluída na ordem do dia, ainda que não conste do ato convocatório.

PROVA DISCURSIVA

Questão 61

Sua resposta deve conter de 30 a 40 linhas

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo Caderno de Texto Definitivo, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de 40 linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no Caderno de Texto Definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O Caderno de Texto Definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo e conterá uma questão aberta (podendo ser dividida em quesitos), com, no mínimo, 30 (trinta) linhas, e no máximo, 40 (linhas), com base na análise de um caso prático formulado pela Banca Examinadora, abordando os conteúdos específicos contidos no Anexo III deste edital.

Diante de demandas apresentadas por familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um Vereador do Município de Trindade apresentou projeto de lei destinado a instituir o Programa Municipal de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A proposição estabelece medidas destinadas à ampliação da acessibilidade e da inclusão das pessoas com TEA no âmbito municipal, prevendo, entre outras providências:

I — reserva, nos estacionamentos públicos municipais e nas áreas de estacionamento situadas em vias públicas, de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas com TEA, observada a legislação nacional de acessibilidade;

II — criação de áreas de embarque e desembarque próximas aos prédios públicos municipais destinados à prestação de serviços de saúde, educação, assistência social, esporte e cultura, com medidas destinadas à redução de estímulos sensoriais excessivos;

III — adoção de recursos de acessibilidade comunicacional e sensorial nos prédios e serviços públicos municipais, inclusive sinalização adequada e espaços de atendimento adaptados às necessidades das pessoas com TEA;

IV — prioridade de atendimento às pessoas com TEA nos serviços públicos municipais, observada a legislação aplicável;

V — realização periódica de campanhas municipais de conscientização sobre os direitos das pessoas com TEA e de capacitação dos servidores municipais que atuem diretamente no atendimento ao público;

VI — criação, no âmbito da Secretaria Municipal responsável pela política de inclusão, de unidade administrativa específica para coordenar, fiscalizar e executar o programa, com definição de suas atribuições e previsão de cargos e funções próprios;

VII — determinação para que as escolas públicas estaduais situadas no Município adotem salas de atendimento sensorial, disponibilizem profissionais especializados e estabeleçam protocolos específicos de atendimento educacional às pessoas com TEA;

VIII — determinação para que as unidades estaduais de saúde localizadas no Município disponibilizem atendimento multidisciplinar especializado às pessoas com TEA, inclusive diagnóstico, terapia e acompanhamento periódico;

IX — determinação para que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado promovam capacitação obrigatória de seus integrantes para atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com TEA;

X — determinação para que órgãos e entidades da União situados no Município adotem protocolo municipal de atendimento às pessoas com TEA e disponibilizem atendimento prioritário nos serviços públicos federais;

XI — criação de cadastro municipal único das pessoas com TEA residentes no Município, destinado ao planejamento das políticas públicas locais, mediante coleta de informações pessoais e de saúde;

XII — imposição de multa administrativa aos estabelecimentos privados que descumprirem as medidas de acessibilidade previstas na proposição, ainda que submetidos a normas e fiscalização de competência federal ou estadual.

O autor sustenta que a proposta encontra fundamento no dever estatal de proteção das pessoas com deficiência, na necessidade de promoção da acessibilidade e no interesse local, afirmando que a Câmara Municipal pode adotar medidas suplementares para ampliar a proteção das pessoas com TEA.

Durante a tramitação, entretanto, a Comissão de Constituição e Justiça solicita manifestação da Assessoria Jurídica acerca da competência legislativa do Município, da iniciativa parlamentar e da validade das diferentes medidas previstas no projeto, especialmente diante da atribuição de obrigações a órgãos e entidades pertencentes às estruturas administrativas estadual e federal.

Na condição de Técnico Jurídico da Câmara Municipal, elabore um texto dissertativo-argumentativo de, no mínimo, 30 linhas e no máximo 40 linhas, no qual deve ser feita uma análise sobre a constitucionalidade e a juridicidade do projeto de lei, considerando a repartição constitucional de competências entre União, Estados e Municípios, a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, a proteção jurídica conferida às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, o princípio da separação dos Poderes e os limites da iniciativa parlamentar. Em sua análise, diferencie as medidas que podem ser validamente disciplinadas pelo Município daquelas que extrapolam sua competência legislativa ou interferem na organização e nas atribuições de outros entes federativos e do Poder Executivo.

RASCUNHO PROVA DISCURSIVA

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

35	
40	